

1 **Ata da reunião ordinária do Conselho Municipal de Saúde de Campinas realizada aos vinte e sete dias de**
2 **janeiro de dois mil e dez.** Estavam presentes os seguintes **CONSELHEIROS TITULARES: I. Usuários: I.1.**
3 **Movimentos Sociais:** Sr. André Rodrigues Ribeiro, Sr. João Xavier, Sra. Maria de Fátima S. da Silva, Sr.
4 Waldomiro Aprile Junior; **I.2. Movimento Popular de Saúde:** Sra. Denise Mateus, Sra. Izabel Pereira de Oliveira,
5 Sra. Leonilda Bravo Cabrera; **I.3. Conselhos Locais de Saúde:** Sr. Cláudio Trombetta, Sra. Ivone Crescêncio da
6 Silva Mendonça, Sr. José Mendes Juvenal, Sra. Maria Helena Nogueira, Sra. Maria José Marta da Costa; **I.4.**
7 **Movimentos Sindicais:** Sr. Adilson Momente, Sr. José Paulo Porsani, Sr. Sidney Mendes da Silva; **II.**
8 **Trabalhadores: II.1. Trabalhadores dos Serviços de Saúde Municipais: a. Rede:** Sra. Francisca Francinete da
9 Silva, Sr. João das Graças Silva; **b. VISA:** Sra. Eloísa Israel de Macedo; **c. Hospitais e/ou Prontos-Atendimentos**
10 **e/ou Prontos-Socorros:** Sr. Antônio Facin; **II.2. Conselhos e Associações de Classe:** Sr. Júlio César dos Santos;
11 **II.3. Associações de Docentes das Universidades:** Sra. Maria Tereza Cristina T. L. Martins; **II.4. Trabalhadores**
12 **Estaduais de Saúde:** Sr. Luis Cláudio Pinto da Penha; **III. Gestores: III.1. Secretaria Municipal de Saúde:** Sra.
13 Maria Cecília Brandt Piovesan, Sr. Pedro Humberto S. Scavariello, Sr. Salvador A. F. Pinheiro; **III.2. Hospitais**
14 **Universitários:** Sr. Edson Bueno, Sr. Edilson Baqueiro; **III.3. Universidades:** Sra. Elizabeth Aparecida Costa; **III.4.**
15 **Prestadores em Serviço em Co-Gestão:** Sr. Eduardo Gaiger Keunecke; e os seguintes **CONSELHEIROS**
16 **SUPLENTES: I. Usuários: I.1. Movimentos Sociais:** Sr. José Aparecido dos Santos; **I.2. Movimentos Sindicais:**
17 Sra. Mercedes dos Santos; **II. Trabalhadores: II.1. Trabalhadores dos Serviços de Saúde Municipais: a. Rede:**
18 Sra. Maria Ivonilde Lúcio Vitorino; **II.2. Entidade de Prestadores de Serviços de Saúde Privados:** Sra. Tereza
19 Maria Teixeira de Oliveira; **III. Gestores: III.1. Secretaria Municipal de Saúde:** Sra. Lígia Ap. Neaime de Almeida.
20 O Sr. Pedro Humberto iniciou a reunião dando as boas vindas a todos os participantes. O Sr. José Carlos leu as
21 pautas da reunião, sendo: **I. Informes; II. Votação das atas de 25 de novembro, 16 de dezembro de 2009 e 13**
22 **de janeiro de 2010; III. Apresentação e discussão do Novo Projeto da Policlínica da Secretaria Municipal de**
23 **Saúde; IV. Apresentação da Coordenadoria de Vigilância em Saúde, seus trabalhos, projetos e dificuldades.** A
24 Sra. Maria Ivonilde realizou os seguintes informes: **Nomeação da conselheira:** Adriana Roberta Costa Duarte:
25 conselheira usuária suplente, pela entidade das Pessoas com Deficiências; **Eleição para Comissão da Secretaria**
26 **Executiva e Mesa Diretora do CMS:** a ser realizada na reunião ordinária do dia 24 de fevereiro; **2ª Conferência**
27 **Municipal de Saúde Mental:** será realizada nos dias 09, 10 e 11 de abril, local à confirmar; **9ª Conferência**
28 **Municipal de Saúde:** em reunião da Comissão Organizadora da Conferência Municipal de Saúde, fora proposto
29 a realização de pré-conferências nos Distritos de Saúde ao longo de 2010, seminários de preparação para a
30 Conferência, e a realização da 9ª Conferência em 2011; **Comissão Organizadora da 9ª Conferência Municipal**
31 **de Saúde:** reunir-se-á no dia 04 de fevereiro, às 9:30, na sala do Conselho Municipal de Saúde; **Congresso do**
32 **COSEMS – SP:** a ser realizado nos dias 21, 22 e 23 de abril; **Comissão do PAM CMS:** deverá reunir-se no dia 11
33 de fevereiro, às 14 horas; **Audiência de Prestação de Contas 4º Trimestre de 2009 – acumulado Janeiro –**
34 **Dezembro:** ocorrerá no dia 11 de fevereiro, às 18 horas (conforme solicitação do CMS), no Plenarinho da
35 Câmara dos Vereadores; **Abertura do Processo de Concorrência para a execução de obras remanescentes de**
36 **construção dos Centros de Saúde Jardim Itatinga, São Bernardo, Jardim Rosália e Parque Oziel:** conforme
37 aviso de licitação, publicado em Diário Oficial de 19 de janeiro de 2010. O Sr. Cláudio Trombetta realizou a
38 leitura de ofícios do Ministério Público e entregou cópias dos mesmos para a Mesa. Em relação ao item II, em
39 regime de votação, com 04 (quatro) votos contrários e 03 (três) abstenções, fora **APROVADA a Ata do dia 25**
40 **de novembro de 2009.** Para a **Ata do dia 16 de dezembro de 2009**, a Sra. Eloísa de Macedo solicitou a
41 **alteração do conteúdo** de suas falas nas linhas 107, 108, 109 e 110, **onde lê-se:** “A Sra. Eloísa informou que fez
42 *uma pesquisa sobre o assunto sobre as informações sobre os medicamentos. Falou que a questão sobre a*
43 *Indústria Farmacêutica é antiga. Afirmou que não protocolar as medicações clínicas prejudica bastante a*
44 *questão dos medicamentos, como a utilização de medicações não padronizadas ou liberadas ainda no Brasil.”,*
45 **leia-se:** “A Sra. Eloísa informou que faz pesquisa sobre o tema. Falou que a questão da indústria farmacêutica é
46 antiga. Afirmou que a não atualização dos protocolos, burocratização e a desorganização dos serviços
47 farmacêuticos prejudica o acesso aos medicamentos. A judicialização não é o caminho formal do acesso, pode
48 promover o uso irracional, por exemplo, dos medicamentos ainda não liberados no Brasil. Explicou que
49 medicamentos essenciais são aqueles para tratar a maioria das doenças e não a totalidade, sendo necessárias
50 alternativas para tratamento das doenças não consideradas prioritárias.”. Levando em consideração a
51 alteração descrita, em regime de votação, com 04 (quatro) abstenções, fora **APROVADA a Ata do dia 16 de**
52 **dezembro de 2009;** com 01 (um) voto contrário e 06 (seis) abstenções, fora **APROVADA a Ata do dia 13 de**
53 **janeiro de 2010.** Em relação à pauta “**Apresentação e discussão do Novo Projeto da Policlínica da Secretaria**
54 **Municipal de Saúde**”, o Sr. Bruno Mariane apresentou os questionamentos do CEBES em relação ao Projeto e
55 implantação da Policlínica, com a apresentação do histórico dos problemas das Policlínicas. Afirmou que, há

56 cinco anos, existe uma discussão de um projeto para Policlínica. Questionou o modelo de organização das
57 especialidades médicas. Perguntou sobre parcerias para a construção da nova Policlínica. Perguntou sobre a
58 liberação dos serviços públicos de saúde de Campinas para estágios da Faculdade São Leopoldo Mandic. Falou
59 sobre a necessidade de formar mais médicos voltados para o SUS. Falou sobre o local previsto para a
60 construção da nova Policlínica. A Dra. Valéria iniciou a apresentação da proposta da Secretaria Municipal de
61 Saúde, onde falou que a discussão da nova Policlínica existe desde 2005, sendo a proposta de reestruturação
62 geral sendo chamado de Complexo Ambulatorial Especializado, abrangendo as três Policlínicas e o Ambulatório
63 do Hospital Municipal Dr. Mário Gatti. Para o prédio da Policlínica 3, a licitação já fora finalizada e o início das
64 obras previsto para fevereiro de 2010, na área onde funcionava o Pronto Socorro Infantil do Hospital Municipal
65 Dr. Mário Gatti, será reformado, para realocação de equipamentos do Núcleo de Diagnóstico e Imagem. A
66 proposta para a Policlínica 3 é concentrar os equipamentos de imagem, tais como videoendoscopia. As
67 especialidades cirúrgicas, atualmente na Policlínica 2, seriam realocadas para o Ambulatório do Hospital
68 Municipal Dr. Mário Gatti. A ideologia da proposta é garantir os equipamentos necessários para os
69 especialistas, aumentando a resolutividade, e manter a linha do cuidado, criando uma comunicação entre a
70 rede básica e a especialidade. Afirmou que quem sucateia o serviço não investe em novos equipamentos.
71 Explicou os problemas relacionados à licitação de equipamentos. A proposta era, de fato, em um terreno acima
72 do estacionamento do Hospital Municipal Dr. Mário Gatti, o qual fora verificado, estava cedido à outro
73 entidade. Falou sobre o terreno do DETI e o estudo do solo e reestruturação para abranger, além da Policlínica,
74 o Instituto da Mulher. Sobre a gestão da nova Policlínica, afirmou que em nenhum momento fora mencionado
75 que não seria gestão própria, pois a SMS possui pessoal e *expertise* para a gestão. Respondeu que técnicos da
76 SMS foram conhecer a estrutura dos Ambulatórios de Especialidades do município de São Paulo. Concordou
77 com o Sr. Bruno em relação às críticas do CEBES aos AMEs. Em relação ao campo de estágio, explicou que
78 quem avalia as propostas de estágio é o CETS. Informou que a construção do prédio é com recursos próprios.
79 Abertas as falas, a Sra. Francisca falou que as ações de Saúde, inclusive do Ministério da Saúde, inviabilizam a
80 abertura de novos serviços, sem lançar mão da terceirização. Falou sobre a alta oferta de vagas para médicos e
81 apontou que poucos médicos da rede são formandos da UNICAMP. Afirmou que a grande maioria dos médicos
82 é da elite brasileira, não pensando no bem estar da população ou estão interessados em trabalhar no SUS, e
83 questionou de quem é a culpa. O Sr. Cláudio Trombetta questionou sobre o terreno do DETI, como
84 contaminado ou não. Solicitou uma atenção maior aos residentes, pois os preceptores nem sempre estão do
85 lado destes. Falou sobre o papel do Conselho Municipal de Saúde e lembrou o problema da Oftalmologia.
86 Pede planejamento para que as ações não sejam feitas “a toque de caixa”. O Sr. Mendes falou sobre a
87 dificuldade de estacionar na região do Hospital Municipal Dr. Mário Gatti, o que dificultaria o acesso à nova
88 Policlínica. Questionou as razões pelas quais não se constrói no espaço da FEPASA, Mogiana ou em outro
89 espaço privado. Diz que uma obra desse porte custará, pelo menos, R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), e
90 questionou se a Prefeitura terá verba para concluí-la. O Sr. Porsani falou que a luta contra as terceirizações não
91 está perdida e que o setor empresarial quer precarizar o serviço público. Apontou que a CUT tem lutado contra
92 essa realidade. Questionou sobre como ficará a demanda reprimida, pois não percebeu aumento na oferta de
93 serviços e sim realocação dos mesmos; criticou o tempo para conseguir verbas para obras públicas.
94 Argumentou que será construída com verbas próprias somente por pressão do Ministério Público. Questionou,
95 ainda, sobre a formação dos trabalhadores da área da saúde, pois não são formados para atender o SUS e
96 propõe a realização de um seminário sobre o tema. O Sr. Adilson parabenizou a SMS e o CEBES pelas
97 apresentações. Afirmou ser fundamental a transparência da apresentação da real demanda dos usuários. Falou
98 sobre o erro de ficar discutindo apenas quem vai fazer a gestão do serviço e que a realidade dos serviços de
99 especialidades está muito aquém da necessidade dos usuários. Afirmou ter grande abrangência de
100 especialidades médicas, sendo que muitas não chegam aos usuários. Diz que essa integração deve ser feita
101 para tornar mais resolutiva as ações de uma Policlínica. Falou, ainda, sobre as necessidades e demandas em
102 várias áreas, como a Oftalmologia. Solicitou praticidade funcional para atender as necessidades. A Sra. Izabel
103 afirmou que ao receber o material da apresentação ficou confusa e questionou se o projeto será realizado;
104 pois, pelo que leu, o projeto será realizado. Apontou a necessidade da participação do Conselho Municipal de
105 Saúde na definição do projeto final para apontar as necessidades dos usuários, pois são estes que estão na
106 linha de frente da Saúde. Citou o papel do usuário na avaliação de satisfação dos usuários. Afirmou a
107 importância de adequar o quadro de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Saúde. A Sra. Nayara falou
108 que a reunião apresenta-se como um momento positivo, pois a SMS assumiu que não irá transferir a
109 construção da Policlínica, sendo isso uma vitória. Falou que isso é resultado de luta e defendeu que não se
110 pode ficar de braços cruzados. Apontou que algumas pessoas desanimam dessa luta constante. Afirmou que,

111 apesar da demora, foi positivo a explicitação da SMS, sendo uma vitória do controle social, o qual deve,
112 realmente, cobrar as respostas claras e transparentes de quem deve responder. Quanto à formação de
113 médicos, falou que estes possuem um padrão social diferenciado e outros fatores, tais como cobranças
114 familiares, cria-se um distanciamento do SUS. Apontou que existe um reflexo da desigualdade social na Saúde.
115 Apoiou a proposta do Sr. Porsani. O Sr. Lúcio falou que o Movimento Popular de Saúde está em situação
116 delicada em sua composição. Afirmou que o debate presente é importante, pois remete uma discussão sobre a
117 forma da assistência na Saúde Básica, sendo importante estar voltada para os usuários. Argumentou que
118 quando a iniciativa privada age sobre a formação de profissionais da saúde, prejudica a assistência aos usuários
119 do SUS. Afirmou ser responsabilidade da UNICAMP, enquanto ente público, na formação de profissionais
120 voltados ao SUS. Afirmou que a 7ª Conferência Municipal de Saúde delibera sobre a Atenção Básica, inclusive
121 resoluções não cumpridas, como a presença de representantes de indústrias farmacêuticas. Falou que a
122 construção da Policlínica só fora resolvida depois de denúncias de trabalhadores. A Sra. Elizabeth falou sobre a
123 necessidade da formação de profissionais para o SUS. Discorreu sobre a importância da rede municipal de
124 saúde e do Conselho Municipal de Saúde, da participação dos usuários e, especialmente, o comprometimento
125 destes para melhorar e aprimorar o SUS. Afirmou que o CMS representa uma diversidade de interesses da área
126 de atenção à saúde. Afirmou que o trabalho deve ser voltado ao SUS. Explicou já existir instrumentos e
127 momentos do Ministério da Educação e do Ministério da Saúde para a verificação da capacidade dos
128 profissionais em atenderem a população. Falou que não chegaram a valorizar a importância de prestar serviços
129 ao SUS. Falou que todos criticam os erros, mas é necessário enaltecer aquilo que é construído com o esforço de
130 todos. Ressaltou a importância dos usuários na formação dos profissionais de saúde e no envolvimento em
131 projetos de saúde para transformar o espaço em um local agradável. Argumentou que a afirmação de não usar
132 o SUS por ter convênio médico é desqualificadora. Falou ser fundamental o usuário denunciar o profissional
133 que não o atendeu bem, para tornar possível a avaliação do porque isso ocorreu. A Sra. Ivone falou que
134 médicos da UNICAMP e da PUCCAMP são da elite e devem sair da faculdade com a ciência que o usuário do
135 SUS não é da elite. A Sra. Vera questionou se os prédios serão construídos com verbas próprias e se há todo o
136 recurso para a conclusão da obra. Afirmou não haver divergências entre as apresentações realizadas. Sugeriu
137 que constasse na ata da presente reunião que o Conselho Municipal de Saúde não apóia a
138 terceirização/privatização da gestão e o sucateamento dos serviços da Policlínica discutidos. A Dra. Valéria
139 respondeu à Sra. Izabel que a proposta apresentada corresponde ao prédio novo e a proposta de realocação
140 das especialidades clínicas. Afirmou ser o momento de reformulação do projeto, sendo que essas
141 especialidades estão no Hospital Municipal Dr. Mário Gatti, na Policlínica 2 e 3. Considerando que se trata de
142 um novo prédio, que as especialidades voltadas à mulher estarão sendo alocadas para o Instituto da Mulher e
143 que as especialidades de imagens estarão alocadas no prédio onde era o Pronto Socorro Infantil do HMMG, a
144 proposta estará sendo reformulada, a qual será apresentada ao Conselho Municipal de Saúde. Quanto ao local
145 de estacionamento, informou que este detalhe também está sendo pensada, com a proposta de utilizar uma
146 área defronte ao DETI. Respondeu que o terreno está sendo avaliado quanto à contaminação por combustíveis
147 do DETI. A Sra. Filomena sugeriu solicitar uma avaliação da CETESB. Ressaltou que a obra será realizada com
148 recurso próprio em contrapartida com recursos do Ministério da Saúde. Sobre a Oftalmologia, informou que
149 está sendo ampliado a oferta no Complexo Hospitalar Ouro Verde, com a compra de equipamentos e está
150 sendo avaliado o convênio com a Beneficência Portuguesa e a compra de serviços, conforme apresentado
151 anteriormente no Conselho Municipal de Saúde. Sobre a demanda reprimida, justificou que a oferta de
152 serviços será maior após a construção da nova Policlínica, suprimindo a demanda. A Sra. Maria Cecília reforçou a
153 questão dos recursos para o Ambulatório de Especialidades, explicando que uma parte está previsto no Plano
154 Plurianual e a outra proveniente do Ministério da Saúde. Explicou que estão atrás dos recursos para o Instituto
155 da Mulher no Ministério da Saúde, porém foi priorizado pelo próprio as áreas de urgência e atenção básica,
156 sendo a área das especialidades não priorizada. Concordeu com o Sr. Porsani sobre a discussão sobre a
157 formação dos médicos. O Sr. Bruno, sobre a assinatura do convênio entre a Prefeitura de Campinas e a
158 Faculdade São Leopoldo Mandic, informou que o termo está publicado em Diário Oficial, sendo um termo onde
159 a Prefeitura se compromete a ceder os serviços de saúde do município para estágio dos cursos de Medicina,
160 Biomedicina e Enfermagem. Sobre a questão da verba ser própria, questionou a Dra. Maria Cecília, onde, na
161 reunião da Comissão da Secretaria Executiva, a mesma informou sobre a possibilidade de doação da referida
162 faculdade, sendo que a Secretaria de Saúde estaria avaliando se aceitaria ou não a doação. Apontou uma
163 inversão de valores, questionando o fato de determinar se um hospital é de ensino antes de ter a faculdade.
164 Apontou que o hospital que recebe residência é considerado de ensino, porém ser classificado como hospital
165 universitário de ensino, por receber alunos de graduação é bem diferente, sendo necessária a discussão sobre



CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPINAS

Av. Anchieta, 200 – 15º andar – Centro - CEP 13015-904

Fone: (19) 2116.0184

E-mail: saude.cms@campinas.sp.gov.br



166 a criação do Hospital de Ensino no Hospital Municipal Dr. Mário Gatti. Solidarizou-se com as críticas quanto ao
167 perfil dos alunos ingressantes nas faculdades de Medicina. Apresentou que dos formandos de sua classe,
168 apenas 10 pessoas ingressaram no SUS, não fazendo residência, sendo que todas foram para Sumaré. Informou
169 que a UNICAMP fez uma reforma curricular, o qual possui uma vaga para a participação de gestão e uma para a
170 participação do controle social, onde nenhuma dessas vagas fora preenchida. Defendeu a posição ativa do CMS
171 e da SMS na formação de novos médicos. Falou que o setor privado trata a saúde como mercadoria. Citou que
172 há um estudo de pesquisa de satisfação nos serviços de saúde do estado de São Paulo, gerenciados por
173 entidades privadas, sendo apenas 3% (três por cento) maior que os serviços gerenciados pelo poder público,
174 porém o aumento do orçamento das OSCIPs foi na ordem de 200% (duzentos por cento). Defendeu a proposta
175 da Sra. Vera Salermo de apontar que o CMS é contrário à privatização da gestão da nova Policlínica. O Sr. Pedro
176 Humberto agradeceu a apresentação e defendeu que o tema “Ensino Médico” fosse tema de um seminário do
177 CMS. Agradeceu a presença dos alunos do Estágio de Vivência do SUS. Propôs que a proposta da Sra. Vera
178 fosse encaminhada como moção. A Sra. Vera sugeriu que o Conselho Municipal de Saúde deliberasse se
179 concorda ou não com a gestão da nova Policlínica seja exclusivamente do poder público e não terceirizado. O
180 Sr. Porsani solicitou uma questão de ordem, pedindo que constasse em ata que o Conselho Municipal de Saúde
181 é contrário à privatização da gestão da nova Policlínica. O Sr. Pedro Humberto iniciou o processo de votação,
182 sendo a favor de constar na ata que o Conselho Municipal de Saúde recomenda e delibera que a gestão da
183 nova Policlínica não seja transferida à terceiros, sendo aprovada por unanimidade. A Sra. Filomena iniciou à
184 **Apresentação da Coordenadoria de Vigilância em Saúde, seus trabalhos, projetos e dificuldades.** A Sr. João
185 Xavier falou sobre a importância da pauta e lamentou o avanço da hora, prejudicando a discussão.
186 Questionou sobre a fiscalização dos próprios serviços, citando o esgoto à céu aberto na frente de uma unidade
187 de saúde. Questionou ainda sobre a presença e o controle de animais peçonhentos. A Sra. Carolina
188 argumentou da necessidade de discussão sobre saúde agregada à área da assistência social. Falou ainda sobre
189 a situação do SAMIN e solicitou uma fiscalização intensiva da Vigilância em Saúde neste local. A Sra. Maria
190 Helena questionou sobre o quadro de recursos humanos apresentado, confrontando com informações
191 apresentadas pelo Plano de Ação e Metas. Perguntou sobre o funcionamento do Centro de Saúde Centro, onde
192 possui escadaria e vazamentos. A Sra. Francisca falou sobre a falta de estrutura e a defasagem em recursos
193 humanos da Vigilância em Saúde, prejudicando o trabalho. Apoiou o trabalho dos profissionais do referido
194 setor. Refletiu que muitas ações da Vigilância são obrigações dos municípios, tais como limpeza de terrenos
195 particulares. A Sra. Eloísa falou sobre um documento produzido pelos trabalhadores da Vigilância sobre os
196 problemas, onde aponta que a Vigilância trabalha muito com quadro reduzido. Afirmou que isso prejudica o
197 trabalho, ocorrendo uma falta de respeito aos trabalhadores. Afirmou que o documento fora protocolado sem
198 possuir resposta até o momento. Falou sobre a empresa de limpeza que presta serviço ao município e afirmou
199 que produz relatórios constantes contra a mesma. Questionou sobre o contrato com a empresa. Apontou que
200 para a fiscalização dos próprios deve-se ter estrutura. Entregou o documento produzido pelos profissionais
201 para o Sr. Pedro Humberto. A Sra. Andréia parabenizou a Sra. Filomena pela apresentação. Falou sobre os
202 desafios sobre as notificações de agravos à saúde do trabalhador. A Sra. Filomena respondeu que,
203 realmente, a fiscalização dos próprios é um desafio constante, citando o problema do gerenciamento de
204 resíduos, com a cobrança e fiscalização constantes. Falou sobre a necessidade do trabalho conjunto com os
205 profissionais de Enfermagem em relação à esterilização. Afirmou que a Vigilância trabalha em cima das
206 denúncias apresentadas. Respondeu que o SAMIN foi objeto de uma ação da Vigilância Norte. Argumentou que
207 a Vigilância pode trazer qualidade aos serviços. Porém, falou que a Vigilância não pode simplesmente chegar
208 em um local e interdita-lo. Explicou que foram poucos os serviços de saúde interditados pela Vigilância, porém
209 a ação da Vigilância abrange a discussão para resolução dos problemas verificados de forma clara e
210 juridicamente corretos. Explicou que a fiscalização de esgotos é atribuição da SANASA. Afirmou que fará uma
211 fiscalização no SAMIN. Falou que, em relação à defasagem do quadro de recursos humanos da Vigilância, a
212 saída é o concurso público. Explicou que o PAM auxilia na determinação do quadro ideal para este setor,
213 baseando-se em fatores como levantamento do número de serviços de saúde, situação epidemiológica e área
214 de abrangência. O Sr. Pedro Humberto encerrou a presente reunião, agradecendo a presença de todos. Nada
215 mais a ser tratado, eu, José Carlos Bortotto Junior, Secretário Executivo do Conselho Municipal de Saúde, lavro
216 a presente ATA assinando-a juntamente com os demais presentes.